

Soares Penido Concessões S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. AOS ACIONISTAS

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração acompanhado das demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. (“SP Concessões” ou “Companhia”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A SP Concessões tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia então um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 11,93% e 23,28% na Companhia Operadora de Rodovias - COR, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER.

A CCR S.A. é uma “holding” cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a estas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possui como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR S.A. pretende concorrer em novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como em concessões metroviárias, urbanas e aeroportuárias.

3. MERCADO DE ATUAÇÃO

A partir de 1994, os Governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e o desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias dos Governos Federal e Estaduais e regulamentações, como a das PPPs, aprovadas no Congresso Nacional ao final de 2004, continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento e possibilidades de expansão no nosso mercado de atuação por meio de novas licitações.

4. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Resultado Operacional

A equivalência patrimonial em 2015 foi de R\$ 103.178, em comparação aos R\$ 159.394 de 2014. Essa ligeira diminuição é explicada, principalmente, por conta do desempenho operacional da controlada em conjunto CCR S.A. que apresentou decréscimo do tráfego em 4,7%, acompanhado de aumento da tarifa média em 7,9%. Ademais, os novos negócios (ViaRio, VLT, Metrô Bahia, MS Via, BH Airport), encontram-se em operação assistida ou período inicial e geraram resultados líquidos negativos em 2015, além de piora no resultado financeiro líquido da controlada em conjunto.

Resultado Financeiro

No ano 2015, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 20.897, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 36.911 em 2014. Esse resultado deveu-se, principalmente, à redução dos juros sobre debêntures, em virtude da liquidação da dívida em 30 de outubro de 2015.

Lucro do exercício

Em 2015, o lucro do exercício foi de R\$ 105.060 (R\$ 144.967 em 2014), apresentando uma diminuição de 27,53%. Essa diminuição deveu-se, principalmente, por conta do desempenho operacional da controlada em conjunto CCR S.A, citadas anteriormente.

5. DESTAQUES DO ANO 2015

CCR S.A

- Em 20 de outubro: aumento da participação na ViaQuatro, de 58% para 60%.
- Em 13 de novembro: conclusão da aquisição de 70% da Total Airport Services (TAS), no valor de US\$ 21,7 milhões.
- Em 10 de dezembro: conclusão da aquisição de participação adicional no Aeroporto Internacional de Quito. A CCR passou a deter direta e indiretamente 50% do projeto. Na mesma data foi concluída também a aquisição de 50% da operadora do referido aeroporto.

6. AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 31 de março de 2016

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Soares Penido Concessões S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de março de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt

Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.127	12.664	Debêntures	8	-	1.671
Contas a receber - partes relacionadas	9	5.629	5.076	Fornecedores		2.526	2.964
Impostos a recuperar	5	2.995	6.601	Impostos e contribuições a recolher		614	321
Outros créditos		24	23	Obrigações sociais e trabalhistas		251	-
Total do ativo circulante		<u>16.775</u>	<u>24.364</u>	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	2.318	2.185
				Dividendos e juros sobre o capital próprio		162.210	190.258
NÃO CIRCULANTE				Cessão de direitos creditórios		8.770	8.634
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		<u>176.689</u>	<u>206.033</u>
Impostos a recuperar	5	4.497	-				
Outros créditos		160	109	NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	6	1.026.668	990.378	Debêntures	8	-	77.233
Intangível	7	<u>5.834</u>	<u>6.965</u>	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	10	198	73
Total do ativo não circulante		1.037.159	997.452	Provisão para patrimônio líquido negativo	6	<u>209</u>	<u>96</u>
				Total do passivo não circulante		<u>407</u>	<u>77.402</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12	307.971	307.971
				Reservas de lucros		493.600	413.492
				Ajuste de avaliação patrimonial		78.365	19.884
				Ágio em transação de capital		<u>(3.098)</u>	<u>(2.966)</u>
				Total do patrimônio líquido		876.838	738.381
TOTAL DO ATIVO		<u>1.053.934</u>	<u>1.021.816</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.053.934</u>	<u>1.021.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
RECEITA DE SERVIÇOS	13	62.726	57.412
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Serviços		(14.287)	(12.735)
Custo com pessoal		(14.228)	(12.784)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.386)	(4.112)
Outros custos		<u>(31)</u>	<u>(36)</u>
		<u>(32.932)</u>	<u>(29.667)</u>
LUCRO BRUTO		<u>29.794</u>	<u>27.745</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Serviços		(1.837)	(1.190)
Outras despesas		(4.338)	(4.071)
Resultado de equivalência patrimonial	6	<u>103.178</u>	<u>159.394</u>
		<u>97.003</u>	<u>154.133</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>126.797</u>	<u>181.878</u>
DESPESAS FINANCIERAS			
Juros sobre direitos creditórios		(13.590)	(11.634)
Juros sobre debêntures		(8.651)	(27.198)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras		<u>(526)</u>	<u>(1.148)</u>
		<u>(22.767)</u>	<u>(39.980)</u>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Rendimento sobre aplicações financeiras		1.225	2.647
Juros e outras receitas financeiras		<u>645</u>	<u>422</u>
		<u>1.870</u>	<u>3.069</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(20.897)</u>	<u>(36.911)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>105.900</u>	<u>144.967</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	(840)	-
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>105.060</u>	<u>144.967</u>
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)		0,39	0,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	105.060	144.967
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Ajuste Patrimonial - Plano de pensão	<u>(127)</u>	<u>(110)</u>
	(127)	(110)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	-	
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	39.835	8.886
Resultado de hedge de fluxo de caixa	24.601	1.479
Imposto de renda e contribuição social	<u>(5.828)</u>	<u>22</u>
	58.608	10.387
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	<u>58.481</u>	<u>10.277</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>163.541</u></u>	<u><u>155.244</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u> <u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Ágio em transação de capital</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	307.971	27.844	307.111	9.607	(2.736)	-	649.797
Aumento de participação na controlada em conjunto RodoAnel Oeste	-	-	-	-	(230)	-	(230)
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	10.277	-	144.967	155.244
Dividendos Intermediários			(32.000)				(32.000)
Destinações:							
Reserva legal	-	7.248	-	-	-	(7.248)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(34.430)	(34.430)
Reserva de retenção de lucros	-	-	103.289	-	-	(103.289)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>307.971</u>	<u>35.092</u>	<u>378.400</u>	<u>19.884</u>	<u>(2.966)</u>	<u>-</u>	<u>738.381</u>
Aumento de participação na controlada em conjunto RodoAnel Oeste					(132)		(132)
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	58.481	-	105.060	163.541
Destinações:							
Reserva legal	-	5.253	-	-	-	(5.253)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(24.952)	(24.952)
Reserva de retenção de lucros	-	-	74.855	-	-	(74.855)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>307.971</u>	<u>40.345</u>	<u>453.255</u>	<u>78.365</u>	<u>(3.098)</u>	<u>-</u>	<u>876.838</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	105.900	144.967
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.131	1.132
Juros sobre debêntures e diretos creditórios	22.241	39.921
Constituição (reversão) de provisão para riscos	125	(16)
Equivalência patrimonial	(103.178)	(159.394)
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber - partes relacionadas	(553)	(311)
Impostos a recuperar	(891)	(1.648)
Outros créditos	(52)	3
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(438)	1.386
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	133	340
Impostos e contribuições a recolher	(546)	(537)
Obrigações sociais e trabalhistas	251	-
Outros	-	(346)
Juros pagos	(9.855)	(30.297)
Recebimento de dividendos	<u>125.349</u>	<u>167.050</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>139.617</u>	<u>162.250</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de principal das debêntures	(77.700)	(181.320)
Pagamento de direitos creditórios	(13.454)	(13.255)
Pagamento de dividendos	<u>(53.000)</u>	<u>(4.361)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(144.154)	(198.936)
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>(4.537)</u></u>	<u><u>(36.686)</u></u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	12.664	49.350
No final do exercício	8.127	12.664
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>(4.537)</u></u>	<u><u>(36.686)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
RECEITAS		
Receitas de serviços	67.261	61.596
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(21.607)	(19.295)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>45.654</u>	<u>42.301</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(1.131)	(1.132)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	<u>44.523</u>	<u>41.169</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	103.178	159.394
Receitas financeiras	1.870	3.069
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u><u>149.571</u></u>	<u><u>203.632</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados:		
Remuneração direta	8.780	7.521
Benefícios	4.620	4.305
FGTS	524	478
Outras	240	25
Tributos:		
Federais	7.664	6.178
Remuneração de terceiros:		
Juros sobre debêntures e direitos creditórios	22.241	38.832
Outros	442	1.326
Remuneração de capital próprio:		
Dividendos	24.952	34.430
Lucros retidos do exercício	80.108	110.537
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>149.571</u></u>	<u><u>203.632</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Soares Penido Concessões S.A. (“SP Concessões” ou “Companhia”) tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões tem controle conjunto nas seguintes entidades: CCR S.A., com participação direta de 11,93%; e Companhia Operadora de Rodovias - COR, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, com 22,82%.

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura é a principal contribuição da CCR S.A. para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR S.A. é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR S.A. permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a estas, bem como participar em outras sociedades.

Atualmente, a CCR S.A. é responsável por 3.262,18 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo que em 3.171,60 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, CCR MSVia, Renovias e ViaRio.

Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR S.A. busca investimentos em outros negócios correlatos. Exemplo disso são as participações, diretas ou indiretas, na ViaQuatro (Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), STP (Serviços de Pagamento Automático de Pedágios e de Estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), SAMM (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e Linha 4 do Metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros por meio de Veículos Leves sobre Trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves) e Quiport, Aeris e CAP (operadores dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e incorporam os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ATIVO		
<u>Ativo circulante</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	650	1.934
Contas a receber – partes relacionadas	5.629	5.075
Impostos a recuperar	178	178
Outros	<u>24</u>	<u>23</u>
Total do ativo circulante	<u>6.481</u>	<u>7.210</u>
<u>Não circulante</u>		
Outros	135	84
PASSIVO		
<u>Circulante</u>		
Fornecedores	3.060	2.928
Impostos e contribuições a recolher	392	318
Obrigações sociais e trabalhistas	251	
Fornecedores – partes relacionadas	1.780	2.184
Cessão de direitos creditórios	<u>8.770</u>	<u>8.634</u>
Total do passivo circulante	<u>14.253</u>	<u>14.064</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	142	17

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Bases de consolidação de empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de empreendimentos controlados em conjunto (consórcios) são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação em consórcio que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e incluído nos ativos intangíveis deduzidos, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ativo intangível possui vida útil definida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

e) Redução ao valor recuperável de ativos

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, essa recuperação é registrada no resultado.

De acordo com as práticas adotadas pela controlada em conjunto, a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que foi designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa das operações com instrumentos financeiros derivativos da controlada é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

- f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

- g) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

- h) Receitas de serviços

As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

k) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade de ações ao final do exercício, e o resultado por ação diluído com base na média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

l) Demonstração do valor adicionado

Foi elaborada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Normas novas, revisadas e interpretações emitidas (IFRS)

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo foram emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB” e não aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)	Acordo contratual conjunto	(a)
Modificações à IAS 1 /CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação	(a)
Modificações às IAS 16/ CPC 27 e IAS 38/ CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	(a)
Modificações à IFRS 10/ CPC 36 e IAS 28/CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	(a)
Modificações à IFRS 10/ CPC 36, IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação	(a)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	(b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	(b)
IFRS 16	Arrendamento mercantil	(c)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	19	11
Aplicações financeiras	<u>8.108</u>	<u>12.653</u>
Total	<u>8.127</u>	<u>12.664</u>

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Refere-se substancialmente a imposto de renda e contribuição social a recuperar. Os saldos estão segregados entre circulante e não circulante conforme expectativa de realização.

6. INVESTIMENTO E PROVISÃO PARA PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Patrimônio líquido da investida ajustado	3.800.283	3.496.130
Participação	<u>11,93%</u>	<u>11,93%</u>
Investimento	453.435	417.145
Ágio (*)	<u>573.233</u>	<u>573.233</u>
Investimento - CCR S.A.	<u>1.026.668</u>	<u>990.378</u>
Patrimônio líquido da investida	(898)	(411)
Participação	<u>23,28%</u>	<u>23,28%</u>
Provisão para patrimônio líquido negativo – COR	<u>(209)</u>	<u>(96)</u>

(*) Ágio - CCR S.A.

O ágio foi gerado na Companhia mediante incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilsan) e incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações). O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura com base na projeção da capacidade de geração de lucros futuros desse investimento.

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

<u>Movimentação dos saldos</u>	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	987.910	(19)	987.891
Resultado de equivalência patrimonial	159.471	(77)	159.394
Dividendos distribuídos por controlada	(167.050)	-	(167.050)
Ajustes de avaliação patrimonial	10.277	-	10.277
Outros	(230)	-	(230)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>990.378</u>	<u>(96)</u>	<u>990.282</u>
Resultado de equivalência patrimonial	103.291	(113)	103.178
Dividendos distribuídos por controlada	(125.349)	-	(125.349)
Ajustes de avaliação patrimonial	58.481	-	58.481
Outros	(133)	-	(133)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>1.026.668</u>	<u>(209)</u>	<u>1.026.459</u>

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A., se valorizado a mercado com base na última cotação das ações na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 30 de dezembro de 2015, apresenta um valor de R\$ 2.643.822 (R\$3.246.319 em 29 de dezembro de 2014).

Informações resumidas dos investimentos:

	2015		2014	
	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000	210.663.128	50.000
Percentual de participação	11,93%	23,28%	11,93%	23,28%
Caixa e equivalentes de caixa	2.296.420	294	1.588.647	480
Outros ativos	<u>1.408.203</u>	<u>9.621</u>	<u>942.399</u>	<u>9.580</u>
Ativo circulante	3.704.623	9.915	2.531.046	10.060
Ativo não circulante	<u>17.978.871</u>	<u>3.117</u>	<u>14.692.130</u>	<u>3.047</u>
Ativo	<u>21.683.494</u>	<u>13.032</u>	<u>17.223.176</u>	<u>13.107</u>
Passivos financeiros circulantes (*)	6.367.374	137	3.497.164	103
Outros passivos	<u>1.100.085</u>	<u>11.795</u>	<u>1.016.867</u>	<u>10.715</u>
Passivo circulante	<u>7.467.459</u>	<u>11.932</u>	<u>4.514.031</u>	<u>10.818</u>
Passivos financeiros não circulantes (*)	8.112.664	-	7.083.047	-
Outros passivos	<u>2.199.059</u>	<u>1.998</u>	<u>1.955.885</u>	<u>2.700</u>
Passivo não circulante	<u>10.311.723</u>	<u>1.998</u>	<u>9.038.932</u>	<u>2.700</u>
Passivo	<u>17.779.182</u>	<u>13.930</u>	<u>13.552.963</u>	<u>13.518</u>
Patrimônio líquido	<u>3.904.312</u>	<u>(898)</u>	<u>3.670.213</u>	<u>(411)</u>
Receita líquida	8.478.865	5.350	7.397.194	5.033
Depreciação e amortização	(822.555)	-	(694.494)	-
Receitas financeiras	1.502.359	130	430.466	142
Despesas financeiras	(3.015.453)	(1.246)	(1.325.940)	(1.055)
Outros	(4.926.873)	(4.968)	(3.839.550)	(4.555)
Resultado das operações continuadas antes dos impostos	1.216.343	(734)	1.967.676	(435)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(429.472)</u>	<u>246</u>	<u>(617.983)</u>	<u>103</u>
Lucro das operações continuadas	786.871	(488)	1.349.693	(332)
Outros resultados abrangentes	<u>497.272</u>	<u>-</u>	<u>88.471</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>1.284.143</u>	<u>(488)</u>	<u>1.438.164</u>	<u>(332)</u>

	2015		2014	
	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	1.050.484	-	1.399.979	-
<u>Compromissos</u>				
Compromissos com o poder concedente	848.185	-	1.168.154	-
Compromissos relativos às concessões	9.628.707	-	11.048.677	-
Outorga variável e obras a executar	15.998	-	10.935	-
Contribuição fixa – BH Airport	2.071.046	-	1.288.928	-

(*) Refere-se a empréstimos, financiamentos, debêntures, “leasing”, “hedge” e mútuos com partes relacionadas.

Reconciliação do patrimônio e lucro do exercício – CCR S.A.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Ajustes no patrimônio</u>		
Patrimônio líquido	3.904.312	3.670.213
Patrimônio líquido dos acionistas dos não controladores	<u>(122.484)</u>	<u>(201.210)</u>
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	3.781.828	3.469.003
Baixa/reversão do ativo diferido	<u>18.455</u>	<u>27.127</u>
Patrimônio líquido da investida ajustado	<u>3.800.283</u>	<u>3.496.130</u>
<u>Ajustes no resultado do exercício</u>		
Lucro das operações continuadas	786.871	1.349.693
Resultado do exercício atribuível aos acionistas não controladores	<u>87.497</u>	<u>(852)</u>
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores	874.368	1.348.841
Baixa/reversão da amortização do ativo diferido	<u>(8.672)</u>	<u>(12.302)</u>
Lucro do exercício da investida ajustado	<u>865.696</u>	<u>1.336.539</u>

7. INTANGÍVEL

Refere-se ao ágio gerado na Companhia mediante aquisição de direitos sobre o contrato do COPER efetuado pelos antigos cotistas da Aguilha e incorporação de acervo líquido da SP Realizações. Esse ágio é amortizado pelo prazo do contrato entre o COPER e a CCR NovaDutra pela curva de benefício econômico ou linear.

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

8. DEBÊNTURES

Em 15 de setembro de 2010 a Companhia emitiu 60 debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, de espécie subordinada a ser convolada em espécie com garantia real, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 e valor total de emissão de R\$ 600.000.

As garantias concedidas às debêntures consistiam em (i) Penhor das ações da CCR S.A. de propriedade da Companhia e (ii) cessão fiduciária dos direitos ao recebimento de quaisquer proventos, dividendos, juros sobre o capital próprio e quaisquer outros recursos gerados pela propriedade das ações da CCR S.A.

De acordo com a escritura não haverá repactuação das debêntures e determinadas condições, garantias e restrições em relação à solvência e reestruturação societárias devem ser atendidas. A Administração monitora essas exigências de forma sistemática e constante, de forma que tais exigências vêm sendo cumpridas regularmente pela Companhia.

Em 30 de outubro de 2015, as Debentures foram totalmente liquidadas e os custos de transação e juros incorridos foram registrados no resultado.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nessas datas, relativos às operações com partes relacionadas referem-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de controlada indireta, subsidiária da controlada em conjunto CCR S.A. estão apresentados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Ativo</u>		
Contas a receber - partes relacionadas	5.629	5.076
<u>Passivo</u>		
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	2.318	2.185
<u>Resultado</u>		
Receita de serviços	67.261	61.596
Custos dos serviços prestados	(16.109)	(15.039)
Despesas administrativas	(672)	(633)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve remuneração para a Administração.

10. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui um processo tributário de R\$ 56 (R\$56 em 31 de dezembro de 2014) que a Administração entende como provável de perda e R\$ 142 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2014) de outros processos de natureza trabalhista referente à participação no COPER.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 o COPER possui causas com diagnóstico de perda classificada como possível, não tendo sido, contabilizadas provisões para riscos de R\$ 673 de processos trabalhistas (R\$ 29 em 2014) e R\$ 47 de processos tributários (R\$ 34 em 2014).

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	105.900	144.967
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(36.006)	(49.289)
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	35.081	54.194
Outros ajustes, líquidos	<u>85</u>	<u>(4.905)</u>
Despesa com impostos correntes	<u>(840)</u>	<u>-</u>

b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$139.838 (R\$141.583 em 31 de dezembro de 2014), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social da Companhia era de R\$307.971, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída tendo em vista a distribuição de dividendos e será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2016.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. Dessa forma, a Administração da Companhia está propondo a retenção total do lucro líquido ajustado, depois das destinações de reserva legal, dividendos propostos para a rubrica “Reserva de retenção de lucros”.

d) Ágio em transação de capital

Em 4 de maio e em 3 de novembro de 2015, a CCR aumentou o capital social de sua controlada RodoAnel Oeste, passando sua participação de 98,8034% para 98,9103% pois não houve o acompanhamento do outro acionista da controlada, resultando em diluição do capital. O capital foi aumentado em caixa, dos quais R\$ 1.114 (R\$ 132 no percentual da Companhia) foram alocados como Ágio em transação de capital.

De acordo com o CPC 36 (R2) – Demonstrações consolidadas, quando há a aquisição complementar de ações, de uma empresa que já é controlada, o registro contábil do ágio gerado na aquisição complementar, deve ser feito à rubrica “Ágio em transação de capital”, no patrimônio líquido individual.

As reservas de retenção de lucros e os dividendos declarados serão submetidos à aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral em abril de 2016.

13. RECEITA DE SERVIÇOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita bruta de serviços (a)	67.261	61.596
Impostos	<u>(4.535)</u>	<u>(4.184)</u>
Receita líquida	<u>62.726</u>	<u>57.412</u>

(a) Refere-se prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra - BR 116/RJ/SP, mediante contrato com a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2015			2014		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<u>Ativos</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	8.127	-	-	12.664	-	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	5.629	-	-	5.076	-
Outros	-	24	-	-	23	-
<u>Passivos</u>						
Debêntures	-	-	-	-	-	78.904
Fornecedores	-	-	2.526	-	-	2.964
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	2.318	-	-	2.185
Cessão de direitos creditórios	-	-	8.770	-	-	8.634

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor:

- Caixa e equivalentes de caixa - são definidas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil, os quais estão qualificados no nível 2. Na hierarquia de valor justo, com “inputs”, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar - os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Os valores estimados de rendimento das aplicações financeiras no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 é de:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Efeito no resultado</u>		
			<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A 25%</u>	<u>Cenário B 50%</u>
Aplicações financeiras	Redução do CDI	8.108	1.198	898	599

15. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião da Administração realizada em 31 de março de 2016, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estando aprovadas para divulgação.

Diretoria

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna
Diretora-Presidente

Edmar Briguelli
Contador CRC 1 SP 161770/O-6